



Universidade De Brasília  
Instituto de Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
XVII Curso de Relações Internacionais

# **REFUGIADOS AMBIENTAIS: NECESSIDADE DE RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO INTERNACIONAL**

**ANA RAQUEL COÊLHO SANTOS**

**Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção de  
título de Especialização em Relações Internacionais**

**Orientadora: Professora Doutora Vânia Carvalho Pinto**

**Brasília  
2015**

# **REFUGIADOS AMBIENTAIS: NECESSIDADE DE RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO INTERNACIONAL**

## **RESUMO**

A comunidade internacional não tem dado a devida atenção ao conceito de refugiados ambientais, considerando, especialmente, o conceito clássico decorrente da Convenção Relativa ao Estatuto dos refugiados de 1951. Essa situação tem deixado, não raro, em estado de penúria, indivíduos e grupos de indivíduos que sofrem os efeitos das mudanças climáticas e catástrofes ambientais. O presente artigo, sem ter a pretensão de esgotar o tema, debruça-se sobre o estudo do significado e conceito de refugiados ambientais e suas situações diante dos normativos internacionais. Reflete sobre a realidade concreta de alguns países que atravessam situações difíceis decorrentes dos efeitos da degradação ambiental e a possibilidade de intensificação do número de refugiados ambientais no mundo moderno. Para a pesquisa foram utilizados métodos tradicionais em fontes primárias e secundárias. Após efetuado o levantamento e analisado os dados acadêmicos coletados chega-se à conclusão sobre o desinteresse da comunidade internacional em desenvolver uma cultura de proteção que permita a subsistência dessa espécie de refugiados de forma digna.

**PALAVRAS-CHAVE:** Refugiados ambientais. Normativos. Internacional. Comunidade.

## **ABSTRACT**

The international community has not given due attention to the concept of environmental refugees, considering especially the classical concept arising from the Convention relating to the Status of Refugees of 1951. This situation has left individuals and groups of individuals often in a state of penury suffering the effects of climate change and environmental disasters. This article without claiming to solve the issue, focuses on the study of the meaning and concept of environmental refugees inside the modern world. In the research were used traditional methods and primary and secondary sources. The article leads to the conclusion that the international community has no interest in developing a culture that protects and gives those refugees a dignified life.

**KEY-WORDS:** Environment refugees. Normative. International. Community.

## INTRODUÇÃO

O conceito de refugiados há muito vem sendo construído, pois na antiguidade já se tem registro de sua utilização, embora dentro de uma perspectiva mais restrita que não tinha o condão de gerar direitos.

Com o passar dos anos esse conceito foi se tornando polissêmico ao abarcar diversas formas de refúgio, tendo ganhado corpo no período da segunda guerra mundial, evento que impôs a reflexão do papel do homem diante de seu semelhante com enfoque na dignidade da pessoa humana.

Os refugiados passaram, então a serem vistos com outros olhos no panorama mundial, bem como a terem estabelecidos em seu favor normativo internacional, conferindo-lhes o direito ao refúgio, cumpridas determinadas condições ou pressupostos.

No entanto, o mundo moderno trouxe a lume diversas atividades econômicas com implicações poluidoras, comprometedoras do meio ambiente e promotoras do aquecimento global, juntamente com a exploração de recursos naturais de forma, não rara, descontrolada, intensificando os problemas de secas, desertificações, enchentes, elevação do nível do mar etc.

Adensou-se, então, o aparecimento de refugiados ambientais, espécie de refugiados não contemplado dentro do gênero tutelado pelos normativos internacionais, que não estão a merecer a devida atenção dos atores integrantes do sistema global.

O presente trabalho parte, assim, dessa premissa de que é possível observar e perceber um certo descaso no plano internacional acerca do acolhimento e apoio a serem dispensados aos refugiados ambientais, quer seja no contexto material ou físico, quer seja no plano jurídico, destacando, dessa forma, a necessidade de reconhecimento e proteção internacional.

Demonstra esforços pontuais de apoio a esse reconhecimento e proteção internacional, bem como sua oficialização por organismo das Nações Unidas, como o o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, e o descompasso da comunidade internacional em acompanhar o desenvolvimento dessa política, demonstrando um certo desinteresse em dispensar o mesmo tratamento, que é dado a todas as espécies de refugiados, aos refugiados ambientais.

É com esse enfoque que foi desenvolvido o presente trabalho, no qual se reflete, inclusive, esse problema dentro da realidade concreta de alguns países ou localidades castigados pela ira do meio ambiente, que responde às atividades sócio-econômicas descontroladas que degradam através das mudanças climáticas e do aquecimento global, gerando catástrofes que faz crescer, em razões geométricas, o número de refugiados ambientais.

Portanto, o presente trabalho visa oferecer ao leitor uma visão panorâmica do tema tratado, permitindo a sua reflexão, sem, contudo, ter a pretensão de esgotá-lo.

## 1. CONCEITO E DEFINIÇÃO DE REFUGIADOS

O conceito de refugiado demonstra-se aparentemente novo. No entanto, o refúgio tem sido praticado desde a Grécia e Roma antigas numa concepção restrita do significado da palavra, onde perseguidos, escravos fugitivos, soldados derrotados, acusados de crimes, e cidadãos forçados a sair da sua cidade-estado eram recebidos em seus territórios sob a intenção de *asylon* ou asilo<sup>1</sup>.

O instituto do asilo, que se demonstrou indispensável para a solução de problemas no passado, tomou novos contornos e ganhou nova forma com o decorrer do tempo, especialmente ao surgir a ideia de refúgio numa concepção mais ampla.

O asilo se tornou, então, uma garantia essencial à promoção de direitos, vinculando-se à proteção das pessoas sujeitas a perseguições políticas<sup>2</sup>. Passou, assim, a ser um instrumento de garantias, concedidas após a sua concessão, e a se caracterizar como diplomático ou territorial, a depender da origem do requerente.

Nisso se diferiu do refúgio, especialmente no que tange ao plano formal referente ao reconhecimento de direitos, uma vez que antes mesmo da outorga do pedido do refúgio as garantias já são consideradas concedidas<sup>3</sup>, ganhando, assim, este instituto contornos diferentes daquele.

Com o final da II Guerra Mundial e com a necessidade de se reconquistar a dignidade humana, esquecida diante das atrocidades da guerra, as nações começaram a trabalhar no resgate de um mundo mais justo, a evitar que os horrores dali decorrentes não mais se repetissem<sup>4</sup>.

Foi a partir dessa concepção que, no século XX, o tema refugiados passou a ocupar maior espaço nas agendas e debates internacionais<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> BARROS, Miguel Daladier. *O drama dos refugiados ambientais*. 1. Ed. Brasília: Consulex, 2011. p. 23.

<sup>2</sup> RAMOS, André de Carvalho *et al.* *60 anos de ACNUR perspectivas de futuro*. São Paulo: Cultura, 2011. p. 16.

<sup>3</sup> *Entenda a Diferença entre Refúgio e Asilo*. Disponível em: <[justica.gov.br/noticias/entenda-as-diferencas-entre-refugio-e-asilo](http://justica.gov.br/noticias/entenda-as-diferencas-entre-refugio-e-asilo)>. Acesso em: 15/11/2015.

<sup>4</sup> BARROS, Miguel Daladier. *O drama dos refugiados ambientais*. 1. Ed. Brasília: Consulex, 2011. p. 28.

<sup>5</sup> ROCHA, R.R e MOREIRA, J.B. *Regime Internacional para Refugiados: Mudanças e Desafios*. Disponível em: <[www.crawl.prod.proquest.com.s3.amazonaws.com/fpcache/277f4bd09a02ed82ef7a02cb0860fc34.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJF7V7KNV2KKY2NUQ&Expires=1457321862&Signature=d%2BCqJKbsdNTCw%2FnxIDWzZN](http://www.crawl.prod.proquest.com.s3.amazonaws.com/fpcache/277f4bd09a02ed82ef7a02cb0860fc34.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJF7V7KNV2KKY2NUQ&Expires=1457321862&Signature=d%2BCqJKbsdNTCw%2FnxIDWzZN)> Acesso em: 06/03/2016. p.17.

Os 40 milhões de refugiados de guerra despertaram a preocupação de se criar mecanismos de proteção às pessoas perseguidas em seus países de origem, os quais foram consolidados no sistema internacional através da aprovação de Convenção em assembleia internacional dirigida pela ONU, dando origem ao Estatuto dos Refugiados, datado de 1951<sup>6</sup>.

Essa Convenção formatou o termo refugiado sob um consenso geral, cuja definição ficou estampada em seu artigo 1º-A item 2. Assim, o termo refugiado passou a ser aplicado a pessoas:

“Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.”<sup>7</sup>

Apesar da importância e necessidade desse conceito para o reconhecimento das obrigações convencionais dos Estados signatários de mencionada Convenção, ele começou a perder a densidade em face da polissemia que a palavra vinha adquirindo paulatinamente em decorrência de novas situações que também começaram a se caracterizar como refúgio.

Referido conceito já não mais demonstrava atender aos fins para os quais foram dirigidos, uma vez que ficou limitado a questões temporal e geográfica, tornando-se, assim, aplicável somente a acontecimentos anteriores a 1º de janeiro de 1951 ocorridos na Europa<sup>8</sup>.

Desse modo, restou imprescindível a expansão do conceito de refugiados, o que levou a comunidade internacional a elaborar um novo protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados, atribuindo o significado dessa palavra a:

“[...]qualquer pessoa que se enquadre na definição dada no artigo primeiro da Convenção, como se as palavras “em decorrência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e...” e as palavras “...como consequência de tais acontecimentos” não figurassem do §2 da seção A do artigo primeiro<sup>9</sup>.”

---

<sup>6</sup> BARROS, Miguel Daladier. *O drama dos refugiados ambientais*. 1. Ed. Brasília: Consulex, 2011. p. 28.

<sup>7</sup> ACNUR. *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados*, 28 de julho de 1951. Disponível em: <[www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1)>. Acesso em: 15/11/2015.

<sup>8</sup> BARROS, Miguel Daladier. *O drama dos refugiados ambientais*. 1. Ed. Brasília: Consulex, 2011. p. 34.

<sup>9</sup> ACNUR. Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados, 31 de janeiro de 1967. Disponível em: <[www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwj592LurnJAhXLrJAKH UmmA1QQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.acnur.org%2Ft3%2Fportugues%2Frecursos%2Fdocumentos%2F%3Ftx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%255Bmode%255D%3D1%26tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%255Bpointer%255D%3D0%26tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%255Bsort%255D%3Ddoctitle%2Csorting%2Cuid%26tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%255Bdownload%255D%3Dyes%26tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%255Bdownloadtyp%255D%3Dstr](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwj592LurnJAhXLrJAKH UmmA1QQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.acnur.org%2Ft3%2Fportugues%2Frecursos%2Fdocumentos%2F%3Ftx_danpdocumentdirs_pi2%255Bmode%255D%3D1%26tx_danpdocumentdirs_pi2%255Bpointer%255D%3D0%26tx_danpdocumentdirs_pi2%255Bsort%255D%3Ddoctitle%2Csorting%2Cuid%26tx_danpdocumentdirs_pi2%255Bdownload%255D%3Dyes%26tx_danpdocumentdirs_pi2%255Bdownloadtyp%255D%3Dstr)>

Nota-se que com a retirada das limitações temporal e geográfica, anteriormente impostas, a palavra refúgio começou também a ser aplicável a casos futuros e a qualquer parte do planeta. Dessa forma, ficou definido como refugiado qualquer pessoa que:

“Devido a temores fundados de ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, ou por pertencer a determinado grupo social ou opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade não possa ou, devido a tais temores, não queira recorrer a proteção de tal país.”<sup>10</sup>

Conclui-se, assim, que para uma pessoa se caracterizar em estado de refúgio passou a se exigir a constatação dos seguintes pressupostos: perseguição, extraterritorialidade e fundado temor<sup>11</sup>.

O significado das palavras perseguição e extraterritorialidade não geram maiores dúvidas, por serem de fácil compreensão, pois residem em conceitos determinados. Contudo, a expressão ‘fundado temor’ se reveste de um conceito indeterminado e mutável, vinculando-se a valores que nem sempre podem ser aferidos de forma clara e imediata.

Enquadra-se, assim, o significado dessa expressão em um conjunto de elementos de índole subjetiva e objetiva, que espelham o nexo de causalidade entre o temor e as situações concretas que colocam determinada pessoa em risco, somados ao conhecimento da autoridade do país de refúgio sobre a situação do país de origem do refugiado.

Mas qualquer dificuldade a esse respeito acabou por ser dissipada através do reconhecimento, por presunção, da índole subjetiva constante da expressão ‘fundado temor’, que se opera partir do momento da solicitação do refúgio, o que significa dizer que a concessão do refúgio acabou por se basear concretamente nos elementos de índole objetiva constantes de referida expressão, ou seja, acabou por se basear unicamente nas situações concretas que colocam determinada pessoa em risco, somados ao conhecimento da autoridade do país de refúgio sobre a situação do país de origem do refugiado<sup>12</sup>.

Dessa forma, conclui-se que o conceito clássico de refugiados não se demonstrou apto a atender as demandas que se apresentavam, levando a se estabelecer definições mais abrangentes, ligadas a outras formas de perseguições não contempladas na então definição

---

eam%26tx\_danpdocumentdirs\_pi2%255Buid%255D%3D595&usg=AFQjCNG6L4W7S3QcaJreZ\_3AlGw-eGEWtw&sig2=dUBzAaOstyvxUINXS9343A>. Acesso em: 15/11/2015.

<sup>10</sup> BARROS, Miguel Daladier. *O drama dos refugiados ambientais*. 1. Ed. Brasília: Consulex, 2011. p. 35.

<sup>11</sup> BARROS, Miguel Daladier. *O drama dos refugiados ambientais*. 1. Ed. Brasília: Consulex, 2011. p. 35.

<sup>12</sup> BARROS, Miguel Daladier. *O drama dos refugiados ambientais*. 1. Ed. Brasília: Consulex, 2011. p. 35.

elaborada pela comunidade internacional<sup>13</sup>. Isso restou claro na Convenção da Organização da Unidade Africana de 1969, que considerou refugiado como sendo:

“[...] qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade.”<sup>14</sup>

Essa maior abrangência da definição de refugiado também pode ser observada no conteúdo da Declaração de Cartagena de 1984, que definiu refugiados como:

“[...] as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.”<sup>15</sup>

À propósito, cabe registrar que a Declaração de Cartagena determinou, inclusive, que os países da região adotassem legislação interna que abarcasse uma aplicação mais eficaz da Convenção de 1951<sup>16</sup>, isto é, que tivesse índole mais larga, menos restritiva.

Assim, não há como negar que a definição do termo refugiado foi se tornando mais abrangente paulatinamente, a partir da compilação do conceito clássico com o que se deduzia como sendo outras formas de perseguição resultantes de agressão externa, da ocupação, do domínio estrangeiro, da violação dos direitos humanos e dos eventos que perturbavam gravemente a ordem pública.

Enfim, o significado do termo refugiados transcendeu aos ideais altruístas decorrentes da segunda grande guerra para se sedimentar na nova realidade mundial e outras violações reconhecidas.

---

<sup>13</sup>PINTO, Anne Fernanda Rocha da Silva. *Refugiados Ambientais*. Disponível em: <[www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=6845](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6845)>. Acesso em: 07/03/2016.

<sup>14</sup>OUA. *Convenção da Organização de Unidade Africana*, 20 de julho de 1974. Disponível em: <[www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwj295auu7nJAhUEfZAKHbl8Cw0QFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.acnur.org%2Ft3%2Fportugues%2Frecursos%2Fdocumento%2F%3Ftx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%255Bpointer%255D%3D0%26tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%255Bsort%255D%3Ddoctitle%2Csorting%2Cuid%26tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%255Bdownload%255D%3Dyes%26tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%255Bdownloadtyp%255D%3Dstream%26tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%255Buid%255D%3D586%26tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%255Bmode%255D%3D1&usq=AFQjCNERz3IuTKyrxNxYUJenDgxsIqFTdg&sig2=QYuFnX5tlBQtw7swK9y8ig](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwj295auu7nJAhUEfZAKHbl8Cw0QFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.acnur.org%2Ft3%2Fportugues%2Frecursos%2Fdocumento%2F%3Ftx_danpdocumentdirs_pi2%255Bpointer%255D%3D0%26tx_danpdocumentdirs_pi2%255Bsort%255D%3Ddoctitle%2Csorting%2Cuid%26tx_danpdocumentdirs_pi2%255Bdownload%255D%3Dyes%26tx_danpdocumentdirs_pi2%255Bdownloadtyp%255D%3Dstream%26tx_danpdocumentdirs_pi2%255Buid%255D%3D586%26tx_danpdocumentdirs_pi2%255Bmode%255D%3D1&usq=AFQjCNERz3IuTKyrxNxYUJenDgxsIqFTdg&sig2=QYuFnX5tlBQtw7swK9y8ig)>. Acesso em: 15/11/2015. p.2.

<sup>15</sup>ACNUR. *Declaração de Cartagena*, entre 19 e 22 de novembro de 1984. Disponível em: <[www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Declaracao\\_de\\_Cartagena.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf?view=1)>. Acesso em: 15/11/2015.

<sup>16</sup>PINTO, Anne Fernanda Rocha da Silva. *Refugiados Ambientais*. Disponível em: <[www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=6845](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6845)>. Acesso em: 07/03/2016.



## 2. REFUGIADOS AMBIENTAIS

No mundo moderno, as mudanças climáticas e seus efeitos se tornaram um dos maiores desafios da atualidade<sup>17</sup>, passando a ter grande destaque no cenário internacional e a serem discutidas em diversos fóruns.

A primeira grande reunião sobre esse tema foi realizada em Estocolmo, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que ocorreu no mês de junho de 1972, cuja convocação foi de iniciativa da Assembleia Geral das Nações Unidas e foi motivada pela seriedade que os problemas ambientais começaram a apresentar, estas traduzidas na degradação à natureza e nos riscos ao bem-estar e à própria sobrevivência da humanidade.<sup>18</sup>

Desse conclave resultou um documento repleto de princípios, versando sobre comportamentos e responsabilidades, que deveriam governar as decisões a respeito das questões ambientais, além de um Plano de Ação destinado a incentivar que todos os presentes cooperassem na busca de soluções para os diversos problemas relacionados ao meio ambiente<sup>19</sup>.

Posteriormente, foram realizadas diversas outras conferências<sup>20</sup>, dentre as quais merece destaque as organizadas nos anos de 1988 e no ano de 2008.

A primeira delas, isto é, a conferência realizada em Toronto, no Canadá, em 1988, propiciou a criação do Painel Intragovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC, cuja iniciativa objetivou a promover uma visão científica e clara quanto ao estado das mudanças climáticas naquele momento, e sucessivas atualizações, bem como os seus respectivos impactos ambientais e sócio-econômicos<sup>21</sup>, colaborando, assim, com a mitigação do aquecimento global.

---

<sup>17</sup> DA COSTA, Claudia Silva. *Refugiados Ambientais, Sujeitos em Construção Pelos Efeitos das Mudanças Climáticas*. Disponível em: <[www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/16/30032011213126.pdf](http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/16/30032011213126.pdf)> Acesso em: 15/11/2015.

<sup>18</sup> COSTA, L.G; DAMASCENO, M.V.N; e SANTOS, R.S. *A Conferência de Estocolmo e o pensamento ambientalista: como tudo começou*. Disponível em: <[www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=12292](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12292)> Acesso em: 07/03/2016.

<sup>19</sup> BARROS, Miguel Daladier. *O drama dos refugiados ambientais*. 1. Ed. Brasília: Consulex, 2011. p. 62.

<sup>20</sup> SALAMÉ, Mariana Bezerra. *A reação internacional a mudança climática: Protocolo de Quioto e seus mecanismos de mercado para o enfrentamento do aquecimento global*. Disponível em: <[www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=2488](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2488)>. Acesso em: 07/03/2016.

<sup>21</sup> *Organization*. Disponível em: <[www.ipcc.ch/organization/organization.shtml](http://www.ipcc.ch/organization/organization.shtml)> Acesso em: 15/11/2015.

Já a segunda, ou seja, a conferência de 2008, realizada em Poznan, na Polônia, teve como objetivo conhecer a dimensão do problema ambiental existente, as suas causas e as medidas de proteção a serem aplicadas, concluiu no qual foi abordado não só a preocupação com o meio ambiente e as mudanças climáticas, mas também a questão dos refugiados ambientais<sup>22</sup>.

Começaram, então, os refugiados ambientais a saírem da invisibilidade, pois dos efeitos das mudanças climáticas restaram claro o seu aparecimento<sup>23</sup>.

No entanto, essa espécie do gênero refugiados, ou sejam, os refugiados ambientais, acabaram por serem diferidos dos demais em razão da identificação dos elementos provocadores do deslocamento compulsório de seu território, ou seja, a natureza do ato provocador do refúgio, que deixa de ter base no temor ou nas perseguições causadas por convulsões sociais, políticas ou econômicas, e passa a se fundamentar nas intempéries, isto é, nos rigores das variações das condições atmosféricas e ambientais.

Assim, os refugiados ambientais passaram a ser identificados, ao contrário das demais espécies, através da interface negativa entre homem e natureza, da qual decorrem o aquecimento global e as mudanças climáticas.

Foi estimado pelo Painel Intragovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC, que até o ano de 2050 esses fenômenos podem produzir cerca de 190 milhões de refugiados ambientais em decorrência de secas, de desertificações e de enchentes, provocando, dessa forma, um processo de migração humana em larga escala, fato que parece já iniciado, caso considerados os dados da própria Organização das Nações Unidas, os quais apontam a existência de mais de 25 milhões de vítimas de catástrofes ambientais nas diversas regiões do planeta<sup>24</sup>.

Outro fenômeno que aponta para o crescimento dessa categoria é o aumento do nível do mar, com implicações da perda de espaço favorável à subsistência, a provocar deslocamentos compulsórios em razão de fatores ambientais<sup>25</sup>.

A visibilidade dessa nova categoria de refugiados, decorrentes de fenômenos naturais não controlados, impôs a oficialização da sua existência e fez com que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA viesse a defini-lo como:

---

<sup>22</sup> BARROS, Miguel Daladier. *O drama dos refugiados ambientais*. 1. Ed. Brasília: Consulex, 2011. p. 64.

<sup>23</sup> DA COSTA, Claudia Silva. *Refugiados Ambientais, Sujeitos em Construção Pelos Efeitos das Mudanças Climáticas*. Disponível em: <[www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/16/30032011213126.pdf](http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/16/30032011213126.pdf)> Acesso em: 15/11/2015.

<sup>24</sup> BARROS, Miguel Daladier. *O drama dos refugiados ambientais*. 1. Ed. Brasília: Consulex, 2011. p. 66.

<sup>25</sup> IPCC. *Climate Change 2014 Synthesis Report*. Disponível em: <[www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/wg2/WGIIAR5-Chap19\\_FINAL.pdf](http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/wg2/WGIIAR5-Chap19_FINAL.pdf)> Acesso em: 15/11/2015. p.1060.

“[...] pessoas que foram obrigadas a abandonar temporária ou definitivamente a zona tradicional onde vivem, devido ao visível declínio do ambiente (por razões naturais ou humanas) perturbando a sua existência e/ou a qualidade da mesma de tal maneira que a subsistência dessas pessoas entra em perigo.”

“Por declínio do ambiente se quer dizer, o surgir de uma transformação, tanto no campo físico, químico e/ou biológico do ecossistema que, por conseguinte, fará com que esse meio ambiente temporário ou permanentemente não possa ser utilizado.”<sup>26</sup>

Apesar do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA ter oficialmente reconhecido a existência dos refugiados ambientais, conjuntamente com os fenômenos provocadores do seu aparecimento e as suas respectivas causas, a repercussão dessa iniciativa não teve a recepção esperada, pois não despertou o interesse da comunidade internacional na mesma proporção da gravidade do problema.

Essa espécie de refugiados continuam desamparadas juridicamente no plano internacional pelo simples fato de não se encaixarem no conceito clássico ou na definição, então dita abrangente, do gênero de sua categoria<sup>27</sup>.

Dessa forma, a realização de políticas internacionais e as tomadas de medidas eficazes para combater e inibir o aumento do número de refugiados ambientais, bem como para auxiliar os que já se encontram nessa situação, ficaram reservadas para serem enfrentadas e realizadas não de forma preventiva, mas talvez paliativa.

Mas isso não autoriza que se deixem de tomar as medidas necessárias à inclusão dessa nova espécie de refugiados no conceito clássico de seu gênero, conceito este descrito na Convenção acima citada, isto é o Estatuto dos Refugiados de 1951, o que obviamente virá a facilitar que as pessoas investidas nessa condição venham a ter o direito de receber auxílio dos Estados e das Nações, além de organismos internacionais como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, organismo criado com objetivo de proteger internacionalmente e buscar soluções permanentes para os refugiados, cuja pauta de atuação é guiada pela Convenção das Nações Unidas, pelo próprio Estatuto dos Refugiados de 1951, além do Protocolo de 1967.

A não adoção de medidas nesse sentido acabam por gerar situações, no mínimo, contraditórias, como as decorrentes das atribuições da Assembleia Geral das Nações Unidas, e do próprio Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, que lhes conferem o dever de também prestarem auxílio, ou conferirem cuidados e proteção, a outros

---

<sup>26</sup> *Refugiados Ambientais*. Disponível em: <www.liser.eu/pt> Acesso em: 15/11/2015.

<sup>27</sup> BARROS, Miguel Daladier. *O drama dos refugiados ambientais*. 1. Ed. Brasília: Consulex, 2011. p. 68.

grupos que não se enquadram no gênero refugiados, como os apátridas e os deslocados internos, mas não o obrigam a darem a devida consideração aos refugiados ambientais, que indubitavelmente se identificam com o gênero refugiados.<sup>28</sup>

A perplexidade se alarga quando se concebe que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, ainda não integrou os refugiados ambientais ao gênero refugiados pelo simples fato de terem seu refúgio baseado em intempéries climáticas, e não no temor resultantes das convulsões sociais, políticas ou econômicas, em que pesem gozarem de instrumento de proteção da dignidade humana, regulamentado pela Declaração de Direitos Humanos<sup>29</sup>, da mesma forma como contam também os apátridas e os deslocados internos.

No entanto, não se pode negar que mesmo de forma pontual, vem se buscando conferir a devida proteção aos refugiados ambientais.

Na reunião do Conselho de Segurança da ONU, realizada no ano de 2011, isso pode ser percebido claramente através do apoio prestado aos refugiados ambientais pelo Alto Comissário, Antônio Guterres, que, ao promover um discurso bastante convincente sobre o tema, realçou a falha relativa a falta de efetivas providência acerca da solução dos problemas relacionados ao meio ambiente e, conseqüentemente, a essa nova espécie de refugiados daí decorrentes<sup>30</sup>.

Por outro lado, observa-se que houve, e vem ocorrendo, uma evolução de atitudes dirigidas à mudança do comportamento internacional no que se refere aos refugiados ambientais, objetivando sanear equívocos e fazer evoluir as iniciativas pontuais relativas a eventuais direitos a serem conferidos.

Ademais, as posturas adotadas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, quanto à apresentação de propostas no sentido de criar instrumentos dirigidos à regulação internacional de proteção dos refugiados ambientais, demonstram a boa vontade de se modificar o panorama mundial a esse respeito desse tema.

Isso ocorreu, primeiramente, na conferência referente ao debate do relatório de “Alterações Climáticas e Cenários de Migrações Forçadas”, realizada em dezembro de 2008,

---

<sup>28</sup> *A missão do ACNUR*. Disponível em: <[www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/a-missao-do-acnur/](http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/a-missao-do-acnur/)> Acesso em: 15/11/2015.

<sup>29</sup> PINTO, Anne Fernanda Rocha da Silva. *Refugiados Ambientais*. Disponível em: <[www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=6845](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6845)>. Acesso em: 07/03/2016.

<sup>30</sup> FELIX, Ricardo Burrattino. “*Refugiados Ambientais*”: *Desafio para A Proteção Dos Direitos Humanos*. Disponível em: <[periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/viewFile/477/438](http://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/viewFile/477/438)>. Acesso em: 15/11/2015. p.126.

em Poznan, na qual se propôs a efetiva definição do termo refugiados ambientais, bem como, de seus direitos.<sup>31</sup>

Esse fato se repetiu em reuniões realizadas entre a sociedade civil, G-8 e as organizações não governamentais, onde, novamente, foram apresentadas propostas quanto aos refugiados ambientais, chegando-se a conclusão de que a solução da crise ambiental passa pelos Estados, na medida em que devam ter a boa vontade de fazerem um forte investimento no meio ambiente e nos direitos humanos<sup>32</sup>.

Apesar do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR não ter obtido êxito na produção de soluções capazes de gerar obrigações e responsabilidade para os países defenderem os interesses dos refugiados ambientais, percebe-se que suas iniciativas se apresentam como positivas, na medida em que proporcionam a discussão do tema e movimentam a modificação do atual comportamento dos Estados e órgão internacionais a esse respeito.

Conclui-se, assim, que o plano político-internacional considera as migrações, em função das mudanças climáticas e desastres naturais, uma questão de ordem pública, através de uma visão circunscrita aos problemas internos de cada país, continuando, assim, a resistir e enxergar que por trás desse fenômeno há uma questão de sobrevivência que exige tomada de atitude a nível global, especialmente quanto ao direito dos refugiados ambientais terem meios de sobrevivência e adaptabilidade fora de seus lugares de origem.

### 3. ALGUNS CASOS ILUSTRATIVOS

Não são raros os países acometidos pelas consequências das mudanças climáticas e do aquecimento global, que resultam no deslocamento compulsório de vários de seus habitantes para fora de seu território nacional.

---

<sup>31</sup> GARCIA, Naiara Evelin & GONÇALVES, Allyson Julio. *Refugiados ambientais: um desafio internacional*. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/14128/refugiados-ambientais-um-desafio-internacional>>. Acesso em: 10/03/2016.

<sup>32</sup> BARROS, Miguel Daladier. *O drama dos refugiados ambientais*. 1. Ed. Brasília: Consulex, 2011. p. 74.

Dentre eles, destaca-se as Ilhas Vanuatu, localizada na Oceania. Esse complexo formado por aproximadamente 83 ilhas, frequentemente sofre com devastadores ciclones<sup>33</sup>, obrigando muito de seus habitantes a deixarem o país.

Como se trata de um país basicamente agrícola, que vive também do turismo e de serviços financeiros<sup>34</sup>, as Ilhas Vanuatu frequentemente precisam do auxílio externo para lidar com as catástrofes naturais.

Foi assim quando um dos mais destrutivos ciclones, o Uma, lançou-se sobre o país em 1987, deixando vários mortos e feridos, além de danificar ou arruinar a maioria das habitações locais e navios<sup>35</sup>.

Isso ocorreu, mais recentemente, em março de 2015, quando o Ciclone Pam chegou ao arquipélago, deixando uma completa devastação e em alerta vermelho o Estado, com 24 pessoas mortas e 3.300 desabrigadas<sup>36</sup>.

Contudo, o Ciclone Pam, e seus efeitos devastadores, não pode ser tido como uma surpresa, pois a capital de Porto Vila já tinha sido considerada pela empresa britânica Verisk Maplecroft, que atua na área de análises de riscos, como a cidade mais exposta a desastres naturais.

Além de Porto Vila, a Verisk Maplecroft também considerou oito cidades filipinas como de alto risco a desastre ambientais<sup>37</sup>.

Localizada no sudeste da Ásia, as Filipinas, é um país composto por um grande arquipélago de 7.107 ilhas<sup>38</sup> e uma crescente economia que encontra impedimentos para o progresso ante a sua deficiente infraestrutura<sup>39</sup>.

Também ameaçadas por desastres naturais, as Filipinas tem como grande desafio as tempestades e inundações que, além de ocorrerem com uma grande frequência, geram enorme índice de mortalidade e problemas econômicos. Só entre os anos de 2005 e 2014

---

<sup>33</sup> Vanuatu. *Site de Curiosidades*. Disponível em: <[www.worldatlas.com/webimage/countrys/oceania/vu.htm](http://www.worldatlas.com/webimage/countrys/oceania/vu.htm)>. Acesso em: 10/03/2016.

<sup>34</sup> Vanuatu. *Site de Curiosidades*. Disponível em: <[spanish.state.gov/respas/41351.htm](http://spanish.state.gov/respas/41351.htm)>. Acesso em: 10/03/2016.

<sup>35</sup> On 7 February 1987, Vanuatu faced the wrath of Cyclone Uma. *Site de Curiosidades*. Disponível em: <[www.vanuatu.net.vu/contemporary-geographical-issues/30-on-7-february-1987-vanuatu-faced-the-wrath-of-cyclone-uma](http://www.vanuatu.net.vu/contemporary-geographical-issues/30-on-7-february-1987-vanuatu-faced-the-wrath-of-cyclone-uma)>. Acesso em: 10/03/2016.

<sup>36</sup> Ciclone Pam causa devastação em ilha Vanuatu, 24 mortes são confirmadas. *Site de Curiosidades*. Disponível em: <[noticias.terra.com.br/mundo/oceania/ciclone-pam-causa-devastacao-em-ilha-vanuatu-24-mortes-sao-confirmadas,8fe2f9182d32c410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html](http://noticias.terra.com.br/mundo/oceania/ciclone-pam-causa-devastacao-em-ilha-vanuatu-24-mortes-sao-confirmadas,8fe2f9182d32c410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html)>. Acesso em: 10/03/2016.

<sup>37</sup> Official blame climate change as Vanuatu picks up their pieces after 'monster' storm. *Site de Curiosidades*. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/morning-mix/wp/2015/03/16/officials-blame-climate-change-as-vanuatu-picks-up-the-pieces-after-monster-storm/>>. Acesso em: 10/03/2016.

<sup>38</sup> About the philippines. *Site de Curiosidades*. Disponível em: <[www.philippineembassy-usa.org/about-the-philippines-dc/](http://www.philippineembassy-usa.org/about-the-philippines-dc/)>. Acesso em: 10/03/2016.

<sup>39</sup> Philippines. *Site de Curiosidades*. Disponível em: <[www.heritage.org/index/country/philippines](http://www.heritage.org/index/country/philippines)>. Acesso em: 10/03/2016.

foram 18 os eventos envolvendo esses desastres, que resultaram na morte de 1.817 pessoas e em uma perda econômica de 1.659.402 dólares<sup>40</sup>.

Tufões também são um problema para esse país, a exemplo do Tufão Haiyan, ocorrido em novembro de 2013, onde 11.5 milhões de pessoas foram afetadas, cerca de 10% da população, segundo os relatórios da ONU, e 544.606 pessoas necessitaram ser deslocadas, totalizando um saldo de 130.074 casas totalmente destruídas<sup>41</sup>.

Nota-se que tanto no caso das Ilhas Vanuatu como das Filipinas, os desastres naturais são resultantes do desequilíbrio ambiental global e ocorrem de forma frequente, provocando o deslocamento e desabrigo de milhares de pessoas que, ao cruzarem as fronteiras, tornam-se exemplos de refugiados ambientais, a merecerem amparo, uma vez que não se qualificam, juridicamente, como mero imigrantes.

Porém, as catástrofes naturais momentâneas não são os únicos problemas decorrentes das intempéries climáticas resultantes do aquecimento global, pois a elevação do nível do mar também vem provocando situações adversas que podem comprometer o futuro de outros países insulares, como as Ilhas Maldivas e as Ilhas Tuvalu.

Localizada no Oceano Índico a aproximadamente 671 km ao sudoeste do Sri Lanka<sup>42</sup>, as Ilhas Maldivas é um arquipélago de 1.192 ilhas, as quais apenas 358 são habitadas por seres humanos, que tem como principais fontes de renda o turismo e a agricultura<sup>43</sup>.

Já as Ilhas Tuvalu, estão localizadas no sul da Oceania, sendo composta por cinco atóis de baixa altitude de coral, 4 ilhas, mais 100 ilhotas distribuídas em uma grande área, tendo como economia básica a agricultura, embora esteja desenvolvendo a indústria do turismo<sup>44</sup>.

Apesar de distantes, estas pequenas Ilhas-Nação correm um risco em comum, ou seja, o de terem seus territórios brutalmente diminuídos, ou mesmo de desaparecerem, considerando o inevitável aumento do nível do mar em razão de problemas ambientais.

Só no último século, o nível do mar subiu quase 20 centímetros, sendo a projeção, ainda para este século, de um aumento de até 60 centímetros, o que justifica a preocupação não só

---

<sup>40</sup> Philippines: Disaster & Risk Profile. *Site de Curiosidades*. Disponível em: <[www.preventionweb.net/countries/phl/data/](http://www.preventionweb.net/countries/phl/data/)>. Acesso em: 10/03/2016.

<sup>41</sup> Maldives. *Site de Curiosidades*. Disponível em: <[www.infoplease.com/country/maldives.html](http://www.infoplease.com/country/maldives.html)>. Acesso em: 10/03/2016.

<sup>42</sup> Typhoon Haiyan: Aid in numbers. *Site de Curiosidades*. Disponível em: <[www.bbc.com/news/world-asia-pacific-24899006](http://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-24899006)>. Acesso em: 10/03/2016.

<sup>43</sup> FELIX, Ricardo Burattino. *Refugiados Ambientais: Desafio para a Proteção dos Direitos Humanos*. Disponível em: <[periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/viewFile/477/348](http://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/viewFile/477/348)> Acesso em: 15/11/2015.

<sup>44</sup> World Map/ Tuvalu. *Site de Curiosidades*. Disponível em : <<http://www.worldatlas.com/webimage/countrys/oceania/tv.htm>>. Acesso em: 10/03/2016.

quanto a dita perda de território, como também sérias implicações nas principais fontes de renda desses pequenos países, através do comprometimento da indústria do turismo e da agricultura<sup>45</sup>.

Basta observar que o ponto mais alto das Ilhas Maldivas está apenas a 2,3 metros acima do nível do mar<sup>46</sup>, ou seja, abaixo do aumento previsto para este século, contando, assim, com uma projeção negativa que poderá importar no seu desaparecimento.

Isso ocorre também com Tuvalu, pois cientistas estudiosos do clima tem como certa essa possibilidade que poderá se operacionalizar nos próximos quarenta ou cinquenta anos, atribuindo a causa de seu possível desaparecimento à alteração do clima, principalmente, em razão de fatores antropogênicos, promovidos em sua maioria pelos países desenvolvidos<sup>47</sup>.

Na realidade, a situação é de tamanha relevância que a própria ONU admite a necessidade de alerta nas ilhas-nação<sup>48</sup>, incentivando a criação de programas referentes a políticas, ações e medidas a serem adotadas<sup>49</sup>.

Ainda que pareça um problema do futuro, esses deslocamentos já começaram a ocorrer, como aponta, Tataua Pese, diretor nacional da Cruz Vermelha em Tuvalu, que explica que a população, ao tomar conhecimento do prognóstico do destino do arquipélago, em sua maioria, está resolvendo deixar o país, partindo em direção a Austrália ou Nova Zelândia<sup>50</sup>.

Nota-se que as situações das ilhas-nação, a exemplo das Ilhas Maldivas e das Ilhas Tuvalu, certamente contribuirão para um aumento desproporcional de deslocamento compulsório, acaso se realize os prognósticos levantados, o que promoverá um grande fluxo de movimentação de pessoas com as características de refugiados ambientais, uma vez que terão de deixar seu país de origem mesmo contra a sua vontade.

É, ainda, interessante trazer nessa sequência o caso dos Haitianos, com as implicações da tutela a eles concedida pelo Estado brasileiro.

---

<sup>45</sup> IPCC. *Work Group II: Impacts, Impactation and Vulnerability*. Disponível em: [www.Ipcc.ch/ipccreports/tar/wg2/index.php?idp+621#1712](http://www.Ipcc.ch/ipccreports/tar/wg2/index.php?idp+621#1712)> Acesso em: 29/11/2015.

<sup>46</sup> ZARPELON, Jennifer, ALECANTRIO, Mário; MARCHESINI, Otavio. *Refugiados Ambientais: um desafio global*. Disponível em: [www.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo\\_4/tcc\\_44\\_FACSA/pdf?s\\_44/art7\\_refugiados.pdf](http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo_4/tcc_44_FACSA/pdf?s_44/art7_refugiados.pdf)>. Acesso em: 07/03/2016.

<sup>47</sup> BRAGA, Patrícia Benedita Aparecida. *O CASO DO Estado-Ilha Tuvalu Frente a Mudança Climática: uma análise teórica sobre os documentos oficiais*. Disponível em: <http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Patricia-Benedita-Aparecida-Braga.pdf>>. Acesso em: 10/03/2016.

<sup>48</sup> BARROS, Miguel Daladier. *O drama dos refugiados ambientais*. 1. Ed. Brasília: Consulex, 2011. p. 69.

<sup>49</sup> A ONU e o Meio Ambiente. Disponível em: [nacoesunidas.org/acao/meioambiente/](http://nacoesunidas.org/acao/meioambiente/)> Acesso em: 29/11/2015.

<sup>50</sup> Tuvalu um país com os dias contados *Site de Curiosidades*. Disponível em: [oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/tuvalu-um-pais-com-os-dias-contados-3292908](http://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/tuvalu-um-pais-com-os-dias-contados-3292908)>. Acesso em: 10/03/2016.



O Haiti é um país localizado na Índias Ocidentais, que a mais ou menos duas décadas vem sofrendo uma crise fundada na luta pelo poder, com capacidade de fomentar a guerra civil<sup>51</sup>.

A iminência da guerra se agravou quando o ex-presidente Aristides, legitimado à época por organismos internacionais, foi obrigado a fugir para a África ante a chegada dos rebeldes na capital de Porto Príncipe, o que resultou na necessidade de uma intervenção militar composta por estadunidenses, franceses e canadenses que, posteriormente, passou a ser comandada pelo Brasil<sup>52</sup>.

No comando da Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti – MINUSTAH, o Brasil tinha como objetivo a redemocratização do país. Focou, então, sua missão no auxílio da realização de novas eleições, com a confecção e distribuição de novos títulos de eleitores, e demais elemento necessários ao exercício da democracia.

Realizadas as eleições, restou eleito o presidente Réne Préval, que tinha como primeiro desafio tirar o Haiti da condição de país mais pobre do mundo<sup>53</sup>.

A situação de pobreza na qual caía o Haiti foi agravada com a ocorrência de um terremoto, em janeiro de 2010, de magnitude sete, que atingiu a capital de Porto Príncipe e as cidade de Leogane e Jacmel deixando um rastro de devastação enorme, com a morte de 222.570 pessoas, e o saldo de 300.572 feridos. Isso proporcionou o deslocamento de 1.3 milhões de pessoas que internamente tiveram de mudar de localidade, passando a viver em situações precárias nos milhares de acampamentos e assentamentos erguidos na capital, e seu entorno<sup>54</sup>.

Mais o deslocamento não ficou restrito dentro das fronteiras haitianas, pois a República Dominicana foi eleita como um dos principais destinos das vítimas sobreviventes, agora caracterizadas como refugiados ambientais. O Brasil, também, protagonizou esse contexto como um destino viável e querido desses refugiados, que o viam como uma oportunidade ímpar em face do auxílio prestado pelas tropas brasileiras no país<sup>55</sup>.

---

<sup>51</sup>SEITENFUS, Ricardo. *De Suez ao Haiti: A Participação Brasileira Nas Operações de Paz*. Disponível em: <[www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus\\_-\\_De\\_Suez\\_ao\\_Haiti.pdf](http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus_-_De_Suez_ao_Haiti.pdf)>. Acesso em: 29/11/2015. p. 08.

<sup>52</sup>CORRÊA, Paulo Gustavo Pellegrino. *Haiti: História, Crise e Intervenção*. Disponível em: <<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/Paulo.pdf>>. Acesso em: 29/11/2015. p. 04.

<sup>53</sup>SEITENFUS, Ricardo. *De Suez ao Haiti: A Participação Brasileira Nas Operações de Paz*. Disponível em: <[www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus\\_-\\_De\\_Suez\\_ao\\_Haiti.pdf](http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus_-_De_Suez_ao_Haiti.pdf)>. Acesso em: 29/11/2015. p. 08.

<sup>54</sup>RAMOS, André de Carvalho *et al.* *60 anos de ACNUR perspectivas de futuro*. São Paulo: Cultura, 2011. p. 45

<sup>55</sup>ROTTA, Bianca Maria Dornelles. *Refugiados Ambientais: o triste cenário dos haitianos e a proteção dada pelo Brasil*. Disponível em: <[www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=15930](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15930)>. Acesso em: 07/11/2016.

A situação se mostrou tão grave, à época, que o Alto Comissário das Nações Unidas, Antônio Guterres, e a Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, Navanethem Pillay, fizeram um apelo para que tivessem complacência com os haitianos e não os enviassem de volta ao seu país contra a sua vontade:

“Apesar das recentes eleições e da boa perspectiva que elas trazem para a recuperação do país, o Estado Haitiano, abalou-se com o terremoto, não podendo assegurar que as pessoas vulneráveis ou com deficiência, pessoas com problemas de saúde ou sexualmente abusadas receberiam a assistência necessária ou adequada do Estado se para lá retornassem. Nesse contexto, os Governos devem se abster de conduzir retornos ao Haiti.”<sup>56</sup>

Mas referido apelo não teve o condão de transformar os haitianos sequer em refugiados ambientais, quanto mais de caracterizá-los como refugiados dentro do gênero tratado pelo Estatuto dos Refugiados, tendo eles ficado a própria sorte por não gozarem do amparo das normativas internacionais, passando, assim, a se revestirem das características de meros imigrantes.

No Brasil, o próprio Comitê Nacional para Refugiados, CONARE, órgão nacional responsável por analisar acerca da concessão do *status* de refugiados, concluiu que os deslocados haitianos não poderiam assim serem considerados, visto que não se revestiam das características necessárias, relativas a clara existência de ameaças a suas vidas, segurança ou liberdade, estando fora do contexto da legislação internacional pertinente, ou seja, da Convenção de 1951<sup>57</sup>.

Mesmo assim, o governo brasileiro optou por acolher os haitianos, tecendo posteriores considerações acerca dos princípios de Direito Internacional e da própria legislação brasileira.

Assim, firmou a expedição de “visto humanitário” como uma forma jurídica de justificar suas permanência no Brasil, transcendendo, dessa forma, qualquer discussão acerca da natureza de suas entradas como refugiados, ao argumento de embora não gozarem desse status, isto é, de refugiados, suas situações não se apresentavam como menos grave, motivando, assim, a assistência necessária por meio de proteção com viés na política internacional, com fundamento nos direitos humanos, considerados, inclusive, a situação do

---

<sup>56</sup> UNHCR. *Joint Return Advisory Update on Haiti*, 09 de junho 2011. Disponível em: <[www.unhcr.org/4e0305666.html](http://www.unhcr.org/4e0305666.html)>. Acesso em: 29/11/2015.

<sup>57</sup> THOMAZ, Diana Zacca. *Migração Haitiana para Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas*. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/primeirosestudos/article/view/56732](http://www.revistas.usp.br/primeirosestudos/article/view/56732)>. Acesso em: 07/11/2016.

país de origem, mergulhado no aumento de crimes referentes ao abuso de mulheres e meninas e do número de sequestros<sup>58</sup>.

Dessa forma, o CONARE buscou fundamentos jurídicos mediante instrumentos legais, de índole nacional e internacional, valendo-se do caráter humanitário, para encaminhar os haitianos para o Conselho Nacional de Imigração – CNIg<sup>59</sup>.

Permitiu, em realidade, a expedição de visto de permanência outorgado pelo Conselho Nacional de Imigração - CNIg do Ministério do Trabalho e Emprego, instrumento jurídico que pode ser utilizado para conceder a permanência no país a qualquer estrangeiro solicitante de refúgio que tenha seu pedido rejeitado pela CONARE, fundamentado na inexistência ou não comprovação dos critérios firmados no conceito clássico de refugiado, previsto na Convenção de 1951 - Estatuto dos Refugiados, na Declaração de Cartagena, além da própria lei brasileira de refúgio<sup>60</sup>.

Essa medida solidária adotada pelo governo brasileiro acabou por causar desgaste político a partir do momento em que a imprensa começou a reportar uma suposta invasão de imigrantes haitianos no país, o que levou a se adotar medidas ao desenvolvimento de uma política mais restritiva de acolhimento baseada em um sistema de cotas, que foi utilizado como critério para a concessão de visto.

Apesar disso, o visto humanitário permanece como uma opção à pretensão de uma política solidária do Brasil em favor da recepção de pessoas vítimas de desastres naturais que se submetem ao deslocamento compulsório de seu país de origem, apresentando-se como candidata à solução jurídica desse tipo de problema, inclusive a nível internacional quando tiver por objeto obrigações internacionais em matéria de refúgio e direitos humanos.

Portanto, a situação dos haitianos no Brasil demonstrou a clara necessidade de uma proteção internacional às pessoas que se deslocam de seus países de origem em razão de desastres naturais, bem como a fragilidade de se usar medidas alternativas para a solução desse problema, como o visto humanitário, sem que exista um suporte internacional para tanto, mas que poderá se objeto de estudo, aplicação e implantação no plano internacional em favor dos refugiados ambientais, como forma de proteção jurídica geradora, inclusive, de direitos.

---

<sup>58</sup> RAMOS, André de Carvalho *et al.* *60 anos de ACNUR perspectivas de futuro*. São Paulo: Cultura, 2011. p.

62.

<sup>59</sup> THOMAZ, Diana Zacca. *Migração Haitiana para Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas*. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/primeirosestudios/article/view/56732](http://www.revistas.usp.br/primeirosestudios/article/view/56732)>. Acesso em: 07/11/2016.

<sup>60</sup> RAMOS, André de Carvalho *et al.* *60 anos de ACNUR perspectivas de futuro*. São Paulo: Cultura, 2011. p.

63.

Por outro lado, é possível perceber, através da análise e reflexão dos casos acima apresentados, que a situação dos refugiados ambientais não pode se prostrar no tempo, e muito menos se qualificar como uma questão a ser tratada no futuro, pois seus efeitos vem acontecendo diuturnamente no mundo no momento atual, tendendo a exigir soluções mais complexas, caso não adotadas medida sérias e eficazes que contornem os efeitos das questões climáticas, ambientais e suas intempéries a nível global, como também a regulação internacional da condição dessa espécie de refugiados.

## CONCLUSÃO

Ao longo do tempo, o termo refugiado recebeu diferentes definições conforme novas categorias foram surgindo, resultando na consolidação de um conceito clássico pela Assembleia da ONU, através da aprovação da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, e por meio de uma definição mais abrangente prevista em Convenções e Declarações Regionais.

Contudo, verifica-se que em razão dos efeitos das mudanças climáticas e do aquecimento global, bem como, dos desastres naturais, surgiu a necessidade de se criar uma nova categoria de refugiados, a dos refugiados ambientais.

Infelizmente, essa categoria não é amplamente protegida no plano internacional, uma vez que, não abrangida pelos conceitos e definições existentes nos diversos tratados sobre o tema.

Na realidade, os Estados componentes do plano internacional e o Conselho de Segurança da ONU, têm mostrado uma certa indiferença quanto as propostas apresentadas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas no sentido de criar instrumentos dirigidos à regulação de proteção desses indivíduos, preocupando-se apenas com medidas paliativas referentes a crise ambiental.

Acontece que os refugiados ambientais são fruto dessa crise, promotora da intensificação de desastres naturais decorrentes de fatores diretamente ligados ao aquecimento global e mudanças climáticas.

É o que demonstra a análise de casos abordados, seja através do exemplo das Ilhas Vanuatu e das Filipinas, em que seus habitantes são obrigados a se deslocarem e deixar seu país de origem em razão dos frequentes desastres naturais, como ciclones, tempestades, enchentes e tufões, seja nos casos das ilhas-nações, em que os habitantes estão na iminência de ter que abandonar o seu país de origem em razão do aumento do nível do mar, com potencial de reduzir drasticamente seus territórios ou, até mesmo, fazê-los desaparecer.

Portanto, mostra-se urgente o amparo internacional aos refugiados ambientais, através de normativas próprias, uma vez que a cada dia se torna comum e elevado o número de pessoas que se enquadram nessa categoria, pois as mudanças climáticas e seus resultados, assim como, os desastres naturais, são cada vez mais frequentes, devendo-se, para tanto, criar

uma regulamentação internacional de proteção a esses indivíduos, a fim de torna-los espécies oficiais do gênero refugiados previstos nas Convenções e Declarações que versam sobre o tema.

## REFERENCIAS

About the philippines. Site de Curiosidades. Disponível em: <[www.philippineembassy-usa.org/about-the-philippines-dc/](http://www.philippineembassy-usa.org/about-the-philippines-dc/)>. Acesso em: 10/03/2016.

ACNUR. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, 28 de julho de 1951. Disponível em:

<[www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1)>. Acesso em: 15/11/2015.

ACNUR. Declaração de Cartagena, entre 19 e 22 de novembro de 1984. Disponível em: <[www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Declaracao\\_de\\_Cartagena.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf?view=1)>. Acesso em: 15/11/2015.

ACNUR. Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados, 31 de janeiro de 1967. Disponível em:

<[www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwj592LurnJAhXLrJAKHUmMA1QQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.acnur.org%2Ft3%2Fportugues%2Frecursos%2Fdocumentos%2F%3Ftx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%255Bmode%255D%3D1%26tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%255Bpointer%255D%3D0%26tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%255Bsort%255D%3Ddoctitle%2Csorting%2Cuid%26tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%255Bdownload%255D%3Dyes%26tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%255Bdownloadtyp%255D%3Dstream%26tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%255Buid%255D%3D595&usg=AFQjCNG6L4W7S3QcaJreZ\\_3AlGw-eGEWtw&sig2=dUBzAaOstyvxUINXS9343A](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwj592LurnJAhXLrJAKHUmMA1QQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.acnur.org%2Ft3%2Fportugues%2Frecursos%2Fdocumentos%2F%3Ftx_danpdocumentdirs_pi2%255Bmode%255D%3D1%26tx_danpdocumentdirs_pi2%255Bpointer%255D%3D0%26tx_danpdocumentdirs_pi2%255Bsort%255D%3Ddoctitle%2Csorting%2Cuid%26tx_danpdocumentdirs_pi2%255Bdownload%255D%3Dyes%26tx_danpdocumentdirs_pi2%255Bdownloadtyp%255D%3Dstream%26tx_danpdocumentdirs_pi2%255Buid%255D%3D595&usg=AFQjCNG6L4W7S3QcaJreZ_3AlGw-eGEWtw&sig2=dUBzAaOstyvxUINXS9343A)>. Acesso em: 15/11/2015.

A missão do ACNUR. Disponível em: <[www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/a-missao-do-acnur/](http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/a-missao-do-acnur/)> Acesso em: 15/11/2015.

BARROS, Miguel Daladier. O drama dos refugiados ambientais. 1. Ed. Brasília: Consulex, 2011.

A ONU e o Meio Ambiente. Disponível em: <[nacoesunidas.org/acao/meioambiente/](http://nacoesunidas.org/acao/meioambiente/)> Acesso em: 29/11/2015.

BRAGA, Patrícia Benedita Aparecida. O CASO DO Estado-Ilha Tuvalu Frente a Mudança Climática: uma análise teórica sobre os documentos oficiais. Disponível em: <<http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Patricia-Benedita-Aparecida-Braga.pdf>>. Acesso em: 10/03/2016.

Ciclone Pam causa devastação em ilha Vanuatu, 24 mortes são confirmadas. Site de Curiosidades. Disponível em: <[noticias.terra.com.br/mundo/oceania/ciclone-pam-causa-devastacao-em-ilha-vanuatu-24-mortes-sao-confirmadas,8fe2f9182d32c410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html](http://noticias.terra.com.br/mundo/oceania/ciclone-pam-causa-devastacao-em-ilha-vanuatu-24-mortes-sao-confirmadas,8fe2f9182d32c410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html)>. Acesso em: 10/03/2016.

CORRÊA, Paulo Gustavo Pellegrino. Haiti: História, Crise e Intervenção. Disponível em: <<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/Paulo.pdf>>. Acesso em: 29/11/2015.

COSTA, L.G; DAMASCENO, M.V.N; e SANTOS, R.S. A Conferência de Estocolmo e o pensamento ambientalista: como tudo começou. Disponível em: <[www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=12292](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12292)> Acesso em: 07/03/2016.

DA COSTA, Claudia Silva. Refugiados Ambientais, Sujeitos em Construção Pelos Efeitos das Mudanças Climáticas. Disponível em: <[www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/16/30032011213126.pdf](http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/16/30032011213126.pdf)> Acesso em: 15/11/2015.

Entenda a Diferença entre Refúgio e Asilo. Disponível em: <[justica.gov.br/noticias/entenda-as-diferencas-entre-refugio-e-asilo](http://justica.gov.br/noticias/entenda-as-diferencas-entre-refugio-e-asilo)>. Acesso em: 15/11/2015.

FELIX, Ricardo Burrattino. “Refugiados Ambientais”: Desafio para A Proteção Dos Direitos Humanos. Disponível em: <[periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/viewFile/477/438](http://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/viewFile/477/438)>. Acesso em: 15/11/2015. p.126.

GARCIA, Naiara Evelin & GONÇALVES, Allyson Julio. Refugiados ambientais: um desafio internacional. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/14128/refugiados-ambientais-um-desafio-internacional>>. Acesso em: 10/03/2016.

IPCC. Climate Change 2014 Synthesis Report. Disponível em: <[www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/wg2/WGIIAR5-Chap19\\_FINAL.pdf](http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/wg2/WGIIAR5-Chap19_FINAL.pdf)> Acesso em: 15/11/2015.

IPCC. Work Group II: Impacts, Impactation and Vulnerability. Disponível em: [www.ipcc.ch/ipccreports/tar/wg2/index.php?idp+621#1712](http://www.ipcc.ch/ipccreports/tar/wg2/index.php?idp+621#1712)> Acesso em: 29/11/2015.

Maldives. Site de Curiosidades. Disponível em: <[www.infoplease.com/country/maldives.html](http://www.infoplease.com/country/maldives.html)>. Acesso em: 10/03/2016.

Official blame climate change as Vanuatu picks up their pieces after ‘monster’ storm. Site de Curiosidades. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/morning-mix/wp/2015/03/16/officials-blame-climate-change-as-vanuatu-picks-up-the-pieces-after-monster-storm/>>. Acesso em: 10/03/2016.

On 7 February 1987, Vanuatu faced the wrath of Cyclone Uma. Site de Curiosidades. Disponível em: <[www.vanuatu.net.vu/contemporary-geographical-issues/30-on-7-february-1987-vanuatu-faced-the-wrath-of-cyclone-uma](http://www.vanuatu.net.vu/contemporary-geographical-issues/30-on-7-february-1987-vanuatu-faced-the-wrath-of-cyclone-uma)>. Acesso em: 10/03/2016.

Organization. Disponível em: <[www.ipcc.ch/organization/organization.shtml](http://www.ipcc.ch/organization/organization.shtml)> Acesso em: 15/11/2015.

OUA. Convenção da Organização de Unidade Africana, 20 de julho de 1974. Disponível em: <[www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwj295auu7nJAhUEfZAKHbl8Cw0QFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.acnur.org%2Ft3%2Fp](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwj295auu7nJAhUEfZAKHbl8Cw0QFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.acnur.org%2Ft3%2Fp)>



ortugues%2Frecursos%2Fdocumentos%2F%3Ftx\_danpdocumentdirs\_pi2%255Bpointer%255D%3D0%26tx\_danpdocumentdirs\_pi2%255Bsort%255D%3Ddoctitle%2Csorting%2Cuid%26tx\_danpdocumentdirs\_pi2%255Bdownload%255D%3Dyes%26tx\_danpdocumentdirs\_pi2%255Bdownloadtyp%255D%3Dstream%26tx\_danpdocumentdirs\_pi2%255Buid%255D%3D586%26tx\_danpdocumentdirs\_pi2%255Bmode%255D%3D1&usg=AFQjCNERz3IuTKyrxNxYUJenDgxsIqFTdg&sig2=QYuFnX5tlBQtw7swK9y8ig>. Acesso em: 15/11/2015.

PINTO, Anne Fernanda Rocha da Silva. Refugiados Ambientais. Disponível em: <www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\_link=revista\_artigos\_leitura&artigo\_id=6845>. Acesso em: 07/03/2016.

Philippines. Site de Curiosidades. Disponível em: <www.heritage.org/index/country/philippines>. Acesso em: 10/03/2016.

Philippines: Disaster & Risk Profile. Site de Curiosidades. Disponível em: <www.preventionweb.net/countries/phl/data/>. Acesso em: 10/03/2016.

RAMOS, André de Carvalho et al. 60 anos de ACNUR perspectivas de futuro. São Paulo: Cultura, 2011.

Refugiados Ambientais. Disponível em: <www.liser.eu/pt> Acesso em: 15/11/2015.

ROCHA, R.R e MOREIRA, J.B. Regime Internacional para Refugiados: Mudanças e Desafios. Disponível em: <www.crawl.prod.proquest.com.s3.amazonaws.com/fpcache/277f4bd09a02ed82ef7a02cb0860fc34.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJF7V7KNV2KKY2NUQ&Expires=1457321862&Signature=d%2BCqJKbsdNTCw%2FnxIDWzZNYtdCk%3D> Acesso em: 06/03/2016. p.17.

ROTTA, Bianca Maria Dornelles. Refugiados Ambientais: o triste cenário dos haitianos e a proteção dada pelo Brasil. Disponível em: <www.ambito-juridico.com.br/site/?n\_link=revista\_artigos\_leitura&artigo\_id=15930>. Acesso em: 07/11/2016.

SALAMÉ, Mariana Bezerra. A reação internacional a mudança climática: Protocolo de Quioto e seus mecanismos de mercado para o enfrentamento do aquecimento global. Disponível em: <www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\_link=revista\_artigos\_leitura&artigo\_id=2488>. Acesso em: 07/03/2016.

SEITENFUS, Ricardo. De Suez ao Haiti: A Participação Brasileira Nas Operações de Paz. Disponível em: <www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus\_-\_De\_Suez\_ao\_Haiti.pdf>. Acesso em: 29/11/2015.

THOMAZ, Diana Zacca. Migração Haitiana para Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas. Disponível em: <www.revistas.usp.br/primeirosestudios/article/view/56732>. Acesso em: 07/11/2016.

Tuvalu um país com os dias contados Site de Curiosidades. Disponível em: <[oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/tuvalu-um-pais-com-os-dias-contados-3292908](http://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/tuvalu-um-pais-com-os-dias-contados-3292908)>. Acesso em: 10/03/2016.

Typhoon Haiyan: Aid in numbers. Site de Curiosidades. Disponível em: <[www.bbc.com/news/world-asia-pacific-24899006](http://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-24899006)>. Acesso em: 10/03/2016.

UNHCR. Joint Return Advisory Update on Haiti, 09 de junho 2011. Disponível em: <[www.unhcr.org/4e0305666.html](http://www.unhcr.org/4e0305666.html)>. Acesso em: 29/11/2015.

Vanuatu. Site de Curiosidades. Disponível em: <[spanish.state.gov/respas/41351.htm](http://spanish.state.gov/respas/41351.htm)>. Acesso em: 10/03/2016.

Vanuatu. Site de Curiosidades. Disponível em: <[www.worldatlas.com/webimage/countrys/oceania/vu.htm](http://www.worldatlas.com/webimage/countrys/oceania/vu.htm)>. Acesso em: 10/03/2016.

World Map/ Tuvalu. Site de Curiosidades. Disponível em : <<http://www.worldatlas.com/webimage/countrys/oceania/tv.htm>>. Acesso em: 10/03/2016.

ZARPELON, Jennifer, ALECANTRIO, Mário; MARCHESINI, Otavio. Refugiados Ambientais: um desafio global. Disponível em: <[www.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo\\_4/tcc\\_44\\_FACSA/pdfs\\_44/art7\\_refugiados.pdf](http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo_4/tcc_44_FACSA/pdfs_44/art7_refugiados.pdf)>. Acesso em: 07/03/2016.